

mercado

FGTS terá saque anual de contas ativas e inativas 'para sempre', diz Guedes

Governo deve anunciar hoje regras para retiradas; porta-voz confirma limite de R\$ 500 neste ano

Fábio Pupo e Talita Fernandes

BRASÍLIA O governo decidiu que a medida de flexibilização de saques do FGTS vai dar ao trabalhador a possibilidade de sacar recursos anualmente, e não apenas uma vez. Além disso, serão contempladas tanto contas ativas como inativas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a iniciativa vai movimentar cerca de R\$ 30 bilhões neste ano. Até o ano que vem, os recursos chegarão a R\$ 42 bilhões.

"Eu tinha falado que ia ser em torno de R\$ 42 bilhões. Vai ser isso mesmo. Deve ser uns R\$ 30 bilhões neste ano, uns R\$ 12 bilhões no ano que vem. Só que vocês vão ver que vai ter novidade. Há coisas mais interessantes", disse o ministro.

Segundo Guedes, a medida de permissão será recorrente ao longo do governo.

"O governo passado soltou só inativos. Nós vamos soltar [contas] ativas e inativas. Eles soltaram uma vez só. Nós vamos soltar para sempre. Todo ano vai ter", afirmou após a cerimônia de lançamento do novo mercado de gás, no Palácio do Planalto.

De acordo com a pasta, o fracionamento dos valores atende a pedidos da Caixa. O banco vê dificuldades operacionais em liberar tantos recursos em poucos meses.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, disse à Folha na semana passada que uma liberação de saques demandaria ajustes operacionais por parte do banco e as retiradas poderiam se estender por meses e até um ano. A liberação poderia ficar pronta em cerca de um mês.

O governo sofreu ainda pressões do setor de construção civil. Como o FGTS financia o programa Minha Casa Minha Vida, empresários manifestaram ao Palácio do Planalto receios sobre um eventual corte.

Após reuniões de representantes do setor com o presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Casa Civil, Onyx Loren-



Paulo Guedes (Economia), o presidente Jair Bolsonaro e Bento Albuquerque (Minas e Energia), no Planalto

zoni, afirmou que o financiamento à habitação popular não será prejudicado.

O porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, disse que o governo federal deve limitar em cerca de R\$ 500 o saque neste ano.

A medida deve ser liberada por conta. Se um trabalhador tiver diferentes contas, poderá sacar mais do que esse valor.

Rêgo Barros confirmou também que, neste momento, o governo não vai propor a redução da multa de 40% do saldo pago a trabalhadores demitidos sem justa causa. No fim de semana, Bolsonaro criticou o percentual.

Para mudar a multa, seria necessário aprovar uma lei complementar que regulamentasse o tema com o voto da maioria absoluta dos parlamentares na Câmara e no Senado.

A decisão por saques anuais no FGTS ficou alinhada à preferência do Ministério da Economia, que buscava uma mudança permanente (e não pontual) no FGTS.

O objetivo da cúpula da pasta era se distanciar de críticas de que a medida poderia proporcionar apenas um voo de galinha no crescimento do país (ou seja, um crescimento artificial e pontual).

O saque tanto de contas ativas como inativas deverá sempre ocorrer no aniversário do trabalhador.

As mudanças também deve fazer o trabalhador ser obrigado a tomar uma decisão. Caso comece a fazer os saques anuais, perderia direito a retirar os recursos de uma vez quando fosse demitido.

Internamente, a equipe econômica reconhece que a lentidão na retomada da economia e a crise fiscal que reduziu investimentos públicos foram os fatores responsáveis por motivar o governo a estudar as liberações.

A estimativa oficial de crescimento de 2019 caiu de 2,5% para 0,81%. O objetivo é principalmente estimular o consumo das famílias.

O secretário especial da Fa-

zenda, Waldery Rodrigues, defendeu que a medida teria de ser sustentável.

"Entendemos que boa parte do problema fiscal no qual estamos envolvidos, grande parte desses erros aconteceu por se exagerar do lado da demanda. Buscamos agora medidas que permitam o crescimento do PIB de forma sustentável", afirmou.

Entre as mudanças estudadas para o fundo, está até a de agentes privados comprarem cotas do FGTS para que seja elevada sua rentabilidade. Mas, segundo uma fonte da equipe econômica, essa mudança deve ficar de fora dos anúncios desta quarta (24).

Colaboraram Gustavo Uribe e Julio Wiziack

Mudança exige nova lei e regulamentação de conselho curador

Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO A lei que regula o FGTS não permite o saque de conta ativa — referente ao emprego atual do trabalhador. Essa conta recebe depósito mensal equivalente a 8% do salário.

Um mesmo trabalhador pode ter uma conta ativa e uma ou mais inativas, segundo Otávio Pinto e Silva, professor da USP e sócio do escritório Siqueira Castro.

"A mudança que o governo pretende fazer requer mudança na lei 8.036, uma lei ordinária. Hoje, os saques só podem ser liberados para contas inativas, de contratos de trabalho que se encerraram", diz ele.

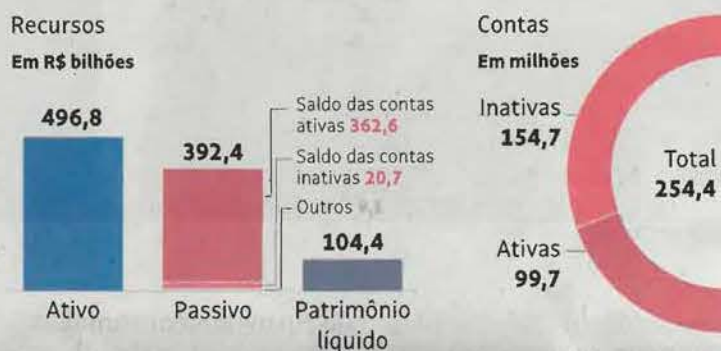
As liberações anuais de saques, afirma Silva, também precisam de previsão legal.

"O mais provável é que o governo envie ao Congresso medida provisória que preveja a possibilidade de liberações provisórias do fundo e deixe a regulamentação para o conselho curador do FGTS", afirma.

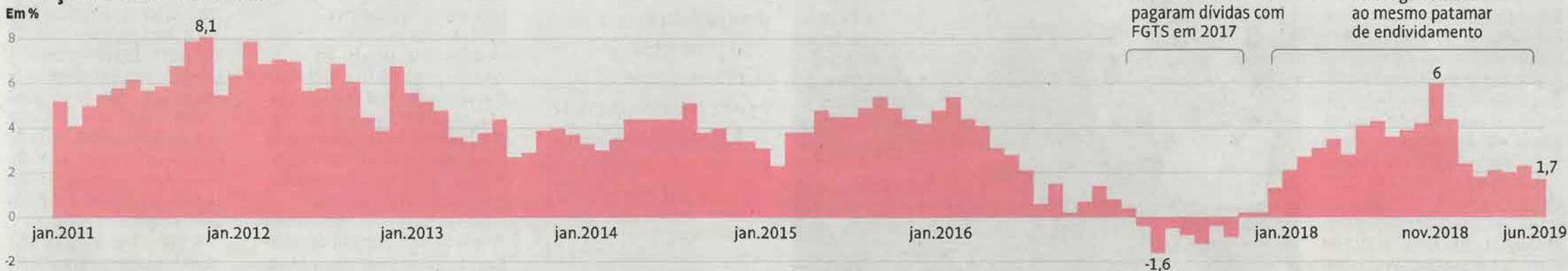
Para o advogado Caio Maturéia, sócio do TMR Advogados, a liberação de saque periódica precisa ser aprovada em lei.

As propostas do governo de ampliar as possibilidades de retirada de recursos do fundo significam "uma mudança de finalidade do FGTS, que deixa de ser uma garantia ao trabalhador em casos de demissão sem justa causa e vira uma espécie de poupança".

Perfil do FGTS*



Variação anual de devedores



Fonte: SPC Brasil

36% dos brasileiros pagaram dívidas com FGTS em 2017

Mas logo voltaram ao mesmo patamar de endividamento

Período de saques do FGTS no governo Temer (março a julho de 2017)